



PARTILHA DE ALIMENTOS NO CENTRO-SUL PARANAENSE: SOLIDARIEDADE CAMPONESA NA LUTA PELA TERRA

Jessica Aparecida de Avila Follmann¹
Mizusaki, Márcia Yukari²

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo central debater como a partilha de alimentos pode ser uma estratégia de luta pela reforma agrária, na mesorregião Centro-Sul paranaense. Assim como, busca-se compreender como as ações de doação de alimentos são, para além de solidariedade, também atos políticos e de resistência camponesa. O trabalho é fruto de levantamento de dados das ações de doações de alimentos nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu/PR, e de levantamento bibliográfico correlacionado ao tema. Para o levantamento de dados optou-se pelo acompanhamento dos atos de doação de alimentos ocorridos durante todo o ano de 2020 e nos primeiros seis meses de 2021, através das mídias sociais oficiais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também da participação direta da primeira autora em algumas ações realizadas pelo MST. Portanto, a análise e acompanhamento das ações de solidariedade realizadas pelas famílias camponesas sem-terra, são expressões nítidas da solidariedade camponesa e do caráter político-social que a luta pela terra carrega consigo.

Palavras-chave: Solidariedade, Reforma Agrária, Camponeses, Política, MST.

ABSTRACT

Le présent travail a pour objectif principal de débattre de la manière dont le partage de la nourriture peut être une stratégie de lutte pour la réforme agraire dans la mésorégion Centre-Sud du Paraná. Aussi, il cherche à comprendre comment les actions de dons alimentaires vont au-delà de la solidarité, ainsi que les actes politiques et la résistance paysanne. Le travail est le résultat d'une enquête de données sur les actions de dons alimentaires dans les municipalités de Quedas do Iguaçu et Rio Bonito do Iguaçu/PR, et d'une enquête bibliographique liée au thème. Pour la collecte des données, il a été décidé de suivre les actes de don de nourriture qui ont eu lieu tout au long de l'année 2020 et au cours des six premiers mois de 2021, via les médias sociaux officiels du Mouvement des travailleurs ruraux sans terre (MST), ainsi que du direct participation du premier auteur à certaines actions menées par le MST. Par conséquent, l'analyse et le suivi des actions de solidarité menées par les familles paysannes sans terre sont des expressions claires de la solidarité paysanne et du caractère politico-social que porte la lutte pour la terre.

Mots-clés: Solidarité, Réforme agraire, Paysans, Politique, MST.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, nível doutorado, da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, jessyca_deavila@hotmail.com;

² Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia – Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, marciamizusaki@ufgd.edu.br



INTRODUÇÃO

O campo brasileiro é resultado direto do processo de expropriação, desmantelamento e violência, pelos quais os inúmeros povos indígenas, negros, camponeses, entre outros, enfrentam desde a colonização portuguesa. O acesso à terra no Brasil é entendido como desigual e contraditório, no seu histórico de apropriação, desde o regime de Sesmarias, que deu origem a inúmeros latifúndios no país, até a atualidade, com a grilagem e a apropriação ilegal de terras. E, pelo não reconhecimento do direito de acesso e permanência na terra dos distintos povos que compõem as resistências deste país.

Não diferente, o campo do estado do Paraná, seguiu as mesmas bases para sua formação. Marcado pelo regime de Sesmarias e pelos latifúndios, fundados a partir desta prática política/senhorial, o campo paranaense carrega consigo as marcas do acesso desigual à terra. Todavia, é marcado também pelas inúmeras resistências, sejam elas camponesas ou de povos tradicionais.

Palco de levantes e revoltas, como a Revolta dos Posseiros de 1957 (KOLLING, 2018), o Levante de Porecatu (HAMMEL; SILVA; ANDREETA, 2009; OIKAWA, 2011), ou através da organização camponesa que culminou na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em janeiro de 1984, o Paraná continua sendo palco da luta pela terra.

A atualidade da luta pela terra no Paraná é perpassada pela solidariedade do camponês sem-terra. Solidariedade esta, compreendida através das inúmeras ações de doação de alimentos ocorridas desde o ano de 2020. Ações que possibilitaram não somente o acesso a alimentos saudáveis a inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social, mas que exemplificaram a necessidade de realização de ampla e irrestrita reforma agrária, tanto no estado quanto no país.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal debater a prática solidária de doações de alimentos e a carga política que nos é transmitida através destes atos. As doações anteriormente citadas, são aquelas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorridas na mesorregião Centro-Sul paranaense, durante o período da pandemia do SARS-COV-2 (Covid-19), mais especificamente nos municípios de Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu.

O tema do trabalho, foi pensado durante todo o ano de 2020, cujas práticas solidárias do MST no estado do Paraná, possibilitaram o acesso a alimentos saudáveis a inúmeras famílias carentes do referido estado. O agravamento da crise econômica e social em que o Brasil se encontra, foram entendidos como marcos da necessidade de realização de ampla e irrestrita reforma agrária.



O campesinato brasileiro possui em suas bases culturais e sociais práticas de meagem, ajuda mútua, entre outras destacadas por Tavares dos Santos (1978), que podem ser entendidas como práticas solidárias. Da mesma forma, o MST como movimento camponês que é, possui em suas bases a solidariedade atrelada à luta pela terra. A partilha de alimentos, portanto, é uma evidência concreta da solidariedade camponesa sem-terra.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi construído a partir do levantamento bibliográfico, acompanhamento das mídias sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como, acompanhamento da organização de doações de alimentos em algumas áreas de reforma agrária do estado do Paraná, durante os anos de 2020 e 2021.

O levantamento bibliográfico utilizado no decorrer do trabalho, foi base para a organização do debate e aprofundamento dos questionamentos sobre o tema em questão. Igualmente, possibilitou a análise das bases da questão agrária brasileira, que também se desdobra na realidade do campo no Centro-Sul paranaense.

O acompanhamento das mídias sociais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), possibilitou o acesso a todas as campanhas e ações solidárias realizadas pelo referido movimento na mesorregião Centro-Sul paranaense, mais especificamente nos municípios de Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. Tal metodologia, foi utilizada visando coletar os dados relacionados ao número de famílias envolvidas em cada ação, quantidade de alimentos doados e famílias beneficiadas com a ação solidária. Já o processo de acompanhamento das ações de doação, caracterizou-se como a vivência do cotidiano do campesinato na luta pela terra. Este se deu nos assentamentos Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire e Dez de Maio, e no Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, todos localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. O acompanhamento possibilitou, não apenas o entendimento da importância das doações, mas da organização da luta por reforma agrária e seu significado para a vida dos camponeses junto ao MST.

Com relação ao processo de acompanhamento de ações de doação de alimentos, realizado pela primeira autora, deve-se salientar que o mesmo só foi possibilitado diante da realidade de pesquisa realizada pela referida autora. As áreas as quais foram acompanhadas fazem parte do escopo de investigação do trabalho de pesquisa de tese da primeira autora.



REFERENCIAL TEÓRICO

O campo brasileiro é resultado direto das políticas fundiárias adotadas pelas distintas gestões, da conseqüente desigualdade de acesso à terra e da resistência de diferentes povos. Possuindo como política fundiária colonial, o sistema de Sesmarias representou não apenas o surgimento do latifúndio, mas a diferenciação entre aqueles que poderiam ter acesso à terra e aqueles cujo acesso era negado, entre os “puros” e os “renegados”. Preconizava, desta forma, o poder político-social sobre os senhores sesmeiros, possuidores de escravos e, conseqüentemente, de terras. Durante o regime de Sesmarias, a terra era livre, o trabalho era cativo. A terra, como posse da Coroa, não poderia ser comercializada. Os trabalhador cativo era propriedade particular.

A Proclamação da República em 1822, o regime de Sesmarias é substituído pela lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras de 1850, a qual estabeleceu o monopólio de terras no Brasil. Estabelecendo, o cativo da terra, pois “se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 2010, p. 44). Entende-se, pois, que o cativo se torna a propriedade privada da terra e a manutenção do poder político-social de determinada classe. Haja visto que,

A Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. [...] A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros (MARTINS, 1981, p. 41-42).

A promulgação da Lei de Terras, portanto, não passou de uma forma utilizada pela elite agrária brasileira para a manutenção do poder oligarquico. Se consolidou, desta forma, como a manutenção do latifúndio e das bases econômicas latifundiárias do país. Pois, a promulgação da lei nº 581, de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), a qual estabelecia a proibição do tráfico de negros escravizados em terras brasileiras, anunciava consigo o fim próximo da escravidão no país, o qual ocorreu somente 38 anos depois, em 1888.

Pode-se afirmar que ambos os sistemas fundiários utilizados no Brasil, seja durante o Brasil Colônia ou após a Proclamação da República foram, essencialmente, sistemas que preconizaram a desigualdade de acesso à terra. Desigualdade esta, que se perdura até a contemporaneidade.

Não destoando do contexto nacional, a formação do espaço agrário paranaense esteve intimamente correlacionado às Sesmarias, a escravidão e a posse camponesa. O início da



colonização se deu através das reduções jesuítas, da atuação tanto de portugueses quanto de espanhóis e da escravização dos distintos povos indígenas (OIKAWA, 2011). A atuação de espanhóis e portugueses culminou no desmantelamento de nações indígenas, na subtração ou aniquilação de seus territórios, assim como, de suas vidas.

Incentivadas pela Coroa, distintas Sesmarias consolidaram-se no Paraná, principalmente entre Paranaguá-Curitiba e na região do Campos Gerais. Especificamente na mesorregião Centro-Sul paranaense consolidaram-se Sesmarias extensas originando, conseqüentemente, latifúndios.

Os históricos de formação dos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, constituem-se como espelho daquilo que foi a base para o campo brasileiro e paranaense. Ambos os municípios formaram-se atrelados ao latifúndio, grilagem de terras e às reivindicações camponesas.

Apesar de emancipados em décadas distintas e com diferentes estratégias de povoamento, ambos os municípios são perpassados pelo histórico de formação do maior latifúndio de terras contínuas do Sul do Brasil, o latifúndio Giacomet-Marodin que responde, atualmente, pela razão social de Araupel S/A (ROOS, 2015).

Constituído basicamente pela posse de forma ilegal de terras da União, grilagem, o latifúndio Giacomet-Marodin possuiu em seu ápice mais de 100 mil hectares (ha) de terras (ROOS, 2015). Abrangendo cinco municípios: Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

No que tange aos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, é salutar evidenciar que a atuação do referido latifúndio, dava-se sobre os imóveis Rio das Cobras e Pinhal Ralo, respectivamente. Ambos os imóveis constituem-se, em 2021, como símbolos da luta pela terra na mesorregião Centro-Sul paranaense. Haja vista, o histórico de lutas e resistências camponesas sobre os mesmos.

O histórico de lutas camponesas sobre as referidas áreas, sobre o latifúndio Giacomet-Marodin, iniciaram-se na década de 1970, com as primeiras tentativas de ocupação do referido latifúndio (JANATA, 2012). Neste período, as diferentes tentativas de ocupação não obtiveram êxito, sofrendo não somente o desmantelamento da luta, mas com a violência por parte dos chamados “jagunços”, que estavam à serviço do latifúndio (JANATA, 2012).

A efetiva ocupação do latifúndio, só ocorreu em 17 de abril de 1996, ocasião a qual reuniu cerca de 3.600 (três mil e seiscentas) famílias camponesas na luta pela terra, aproximadamente 12.000 (doze mil) pessoas, constituindo o chamado acampamento “Buraco”. Para Hammel, Silva e Andreetta (2007, p. 38) “O Buraco foi a maior aglomeração de pessoas



que a história já pode registrar cujo objetivo comum a posse da terra. Conhecido [...] como o maior acampamento da América Latina [...]”.

O acampamento Buraco foi originado a partir da organização camponesa sem-terra, ocupando o Imóvel Pinhal Ralo localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. A referida ocupação proporcionou a conquista de três assentamentos no município supracitado: Ireno Alves dos Santos no ano de 1997, beneficiando aproximadamente 934 famílias camponesas; no ano de 1998, o assentamento Marcos Freire, com cerca de 578 famílias e, o assentamento Dez de Maio, em 2005, beneficiando cerca de 69 famílias camponesas.

Já o Imóvel Rio das Cobras em Quedas do Iguaçu, teve sua ocupação efetivada em duas oportunidades distintas. A primeira em 1999, no dia 10 de Maio, no chamado Núcleo Bacia do latifúndio Giacomet-Marodin, envolvendo aproximadamente 1.800 (mil e oitocentas) famílias (ROOS, 2015). A segunda ocupação ocorreu “[...] em 12 de julho de 2003, quando cerca de 2.300 famílias que haviam se organizado, novamente no Campo do Bugre, ocuparam o setor “Silo” do referido latifúndio e constituíram o acampamento ‘José Abílio dos Santos’” (ROOS, 2015, p. 177). Para Roos (2015), a segunda ocupação foi estratégica para a luta camponesa, pois além de pressionar a destinação da área à reforma agrária, conseguiu evitar que as famílias camponesas acampadas no Núcleo Bacia fossem despejadas. Ambas as ocupações possibilitaram a conquista do assentamento Celso Furtado no ano de 2005, beneficiando diretamente 1.105 famílias camponesas.

A conquista dos assentamentos, sejam eles em Rio Bonito do Iguaçu ou em Quedas do Iguaçu, não representaram a destinação completa dos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras para fins de reforma agrária. Haja vista que as áreas destinadas à reforma agrária, de ambos os imóveis, foram menores que sua totalidade. Da área total do imóvel Pinhal Ralo, aproximadamente 30.000 hectares, foram destinados à reforma agrária cerca de 17.000 hectares (ha), e o imóvel Rio das Cobras, originalmente com aproximadamente 63.000 ha, dos quais apenas cerca de 23.000 ha foram destinados para fins de reforma agrária (ROOS, 2015). No entanto, as áreas destinadas à criação dos assentamentos citados anteriormente, além de não corresponderem à totalidade dos imóveis Pinhal Ralo e Rio das Cobras, também não beneficiaram todas as famílias camponesas que se encontravam acampadas, nos distintos momentos de luta junto ao MST. Esta realidade revela, não a atuação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para romper com a lógica do latifúndio, mas sim, com a criação dos assentamentos, mecanismos para a amenização dos conflitos por terra na mesorregião Centro-Sul paranaense.



Nos anos de 2014 e 2015 foram consolidados, nas áreas remanescentes dos assentamentos de ambos os municípios, os acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu e Dom Tomás Balduino em Quedas do Iguaçu, respectivamente. As novas frentes de ocupação das áreas remanescentes do latifúndio, configuram-se como a busca pelo acesso a terra e por reforma agrária na mesorregião Centro-Sul paranaense.

Tendo por base o breve histórico de reivindicações camponesas no Centro-Sul paranaense, é possível compreender seus aspectos iniciais, suas conquistas até o momento e os desdobramentos atuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde abril de 2020, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vem desenvolvendo ações de solidariedade e de partilha em âmbito nacional. Tais ações são reflexo direto da solidariedade camponesa e da necessidade de enfrentamento, de forma digna, à pandemia do SARS-COV-2 (Covid-19) e, não obstante, são ferramentas políticas utilizadas para elencar a necessidade de mudança social e de realização da reforma agrária no país.

Diz-se solidariedade camponesa, partindo-se daquilo que Santos (1978), destaca como ajuda mútua. É compreensível que a situação exposta por Santos (1978), seja diferente das práticas de partilha de alimentos elencadas pelas famílias camponesas sem-terra. Todavia, é de salutar importância para compreender como tais práticas arraigaram-se no interior do campesinato. A prática da partilha também foi percebida pela primeira autora, como atividade recorrente no interior das áreas que compuseram o escopo de investigação deste trabalho. Durante as atividades de campo³, observou-se a prática da partilha de alimentos entre famílias camponesas do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, mostrando-se como um auxílio também entre os “seus”.

Não distanciando-se da conjuntura nacional, a partilha e a solidariedade camponesas também se fizeram presentes nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu/PR. As ações de solidariedade realizadas pelas famílias camponesas dos referidos municípios, já somam aproximadamente 100 toneladas de alimentos saudáveis⁴. A figura 1 retrata a imagem de algumas dessas cestas.

³ Os trabalhos de campo aqui citados, correspondem às atividades que estão sendo desenvolvidas na construção da tese da primeira autora.

⁴ Dados obtidos através do acompanhamento das distintas ações realizadas nos municípios. São contabilizadas aproximadamente 100 toneladas, pois, algumas ações ocorreram em conjunto com famílias camponesas de outros municípios da mesorregião Centro-Sul paranaense.

Figura 1: Cestas para doação em Rio Bonito do Iguaçu/PR



Fonte: França, Tiarles. 2021. Adapção: autores.

As aproximadamente 100 toneladas de alimentos (dados obtidos através do acompanhamento das mídias oficiais do MST), materializam o trabalho camponês nas áreas de reforma agrária de ambos os municípios estudados. Segundo o MST (2021, s.p.),

Feijão, mandioca, arroz, mel, banana, abóbora e milho verde fizeram parte da diversidade de alimentos da Reforma Agrária doados a cerca de 280 famílias urbanas [...], em Quedos do Iguaçu, centro do Paraná. As mais de 2,8 toneladas foram partilhadas por produtores do acampamento Dom Tomás Balduino e do assentamento Celso Furtado [...].

Os produtos que compõem as cestas são, em sua maioria, frutos da produção familiar camponesa em áreas de reforma agrária de ambos os municípios. Parte dos alimentos doados, foram produzidos nos acampamentos Herdeiros da Terra de 1º de Maio e Dom Tomás Balduino, os quais ocupam aproximadamente 30 mil hectares que estavam sob domínio do latifúndio Araupel S/A. Nestas áreas as famílias camponesas não dispõem de segurança financeira, nem de serviços básicos, como energia elétrica. Portanto, representam a partilha do pouco que as famílias possuem para seu próprio alimento, como fica explícito na seguinte fala:



[Os alimentos são produzidos pelas famílias?]

Sim! São o que a gente produz e que todo mundo aqui tem pra comer. Feijão, arroz, é nosso sustento da casa. Que a gente vai trocando a semente, a muda da batata, raminha de mandioca e vai fazendo nossa roça. É o que a gente tem pra comer. A gente planta pro gasto. Doa o que a gente tem. (Camponês 1, Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 20 de junho de 2021).

As doações, são portanto representações concretas das reivindicações camponesas. São, da mesma maneira, atos políticos de resistência, frente ao avanço do desemprego, a não realização da reforma agrária, o desmonte de políticas sociais destinadas às famílias camponesas e a lógica de acumulação capitalista. Na figura 2, é retratado a organização das cestas para doação em julho de 2021.

Figura 2: Cestas para doação organizadas em julho de 2021



Fonte: arquivo pessoal, 2021.

No que tange às políticas públicas, é notória a redução dos orçamentos destinados ao fomento de programas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conhecidos por sua característica de mercados institucionais, pelo fomento da agricultura camponesa e pela qualidade de alimentos produzidos pelas famílias envolvidas. Segundo Melito (2020, s.p.) a situação do PAA é preocupante, pois “O previsto na Lei Orçamentária Anual 2020 é de R\$ 101 milhões. A estimativa para o próximo Plano Plurianual, de 2020 a 2023, é de pouco mais de R\$ 520



milhões”. Vale destacar que somente no ano de 2012 o teto orçamentário para o programa alcançou o valor de R\$1,2 bilhão (MELITO, 2012). A disparidade orçamentária exposta acima, evidencia a negligência do Estado para com programas que visam a segurança alimentar nacional, igualmente, demonstram a tentativa de desmonte de programas nacionais para o fomento da agricultura camponesa.

Em oposição às políticas de cerceamento do atual governo, de desmonte da agricultura camponesa e da segurança alimentar em período pandêmico, a atuação dos movimentos sociais, em especial do MST evidenciam o caráter social e da necessária reforma agrária no país. As doações elencadas pelo MST, são expressões de resistência, da luta por reforma agrária e da necessidade de mudança social. Diz-se expressões de resistência e luta pela terra, por evidenciarem a desigualdade abissal que existe neste país, para com o acesso a terra. No país que “conquistou” na última safra o posto de maior produtor de soja do mundo, com produção de aproximadamente 112,549 milhões de toneladas da oleaginosa (EMBRAPA, 2021), foram os movimentos sociais, urbanos e rurais, os atores das ações de partilha.

Da mesma maneira, são expressões da necessidade de mudança social, tendo em vista, a realidade de desemprego no país. Ao passo que o Brasil “conquistava” o posto de maior produtor de soja do mundo, o primeiro trimestre do ano de 2021, registrou a taxa de desempregados em 14,8 milhões de brasileiros (IBGE, 2021). Neste contexto, as ações de partilha elencadas pelo MST, surgiram como alento para inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade social. Na realidade da mesorregião Centro-Sul paranaense, tal fato não se alterou, cujas doações atenderam famílias carentes dos municípios de Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras. A figura 3 é representativa dos atos de entrega das cestas de alimentos.

A compreensão de que as ações de solidariedade são maneiras diferenciadas na luta pela terra também se coloca como uma concepção política. Pois, “nos acampamentos e assentamentos, a organização política se alicerça na convicção inabalável nos direitos constitucionais e no cumprimento da função social da terra, ainda que a realidade fundiária do país se traduza em más notícias” (ROOS, et. al., p. 197, 2020).

Figura 3: Entrega de cestas em Rio Bonito do Iguaçu/PR



Fonte: França, Tiarles. 2021. Adapção: autores.

Neste interím, compreende-se que as ações desenvolvidas pelo MST em todo o país, assim como, as ações elencadas nas áreas que compuseram o escopo de investigação deste trabalho, são expressões de luta pela terra, da solidariedade camponesa e evidenciam a luta política. A evidencia da luta política se dá pelo caráter contra hegemônico que pode ser percebido nas distintas ações. Em contraponto ao processo midiático de valorização do agronegócio e suas nuances, as ações de partilha do MST evidenciam a solidariedade, a doação daquilo que se tem, não daquilo que sobra. Correspondem a uma visão diferenciada de mundo, uma maneira distinta de reconhecer e fazer a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, mas não encerrando, pode-se compreender que as ações de partilha elencadas pelas famílias camponesas sem-terra dos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, assim como àquelas elencadas em todo o país, pelo MST, são para além de ações solidárias, atos políticos.

Compreende-se como atos políticos por seu caráter de denúncia, mesmo que este seja implícito, contra os cortes governamentais sobre programas como o PAA e o PNAE, através da contradição explícita entre o agronegócio e agricultura camponesa. No país que mais se produz



soja no mundo, são os movimentos sociais, que contestam a desigualdade de acesso à terra, que compartilham o pouco que possuem.

O fator político presente nas ações também pode ser compreendido pela necessidade de criação de assentamentos em áreas de ocupação e a importância fundamental da reforma agrária para a população trabalhadora do país. Ainda há muito para se debater sobre os atos de partilha, mas até o momento, fica evidente que os mesmos são, também, atos de resistência camponesa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 14 jun. 2021.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números (safra 2020/21)**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FRANÇA, T. **Cestas para doação**. 2021. Fotografia.

HAMMEL, A. C., SILVA, N. J. C., ANDREETA, R. **Escola em Movimento: a conquista dos assentamentos**. Rio Bonito do Iguaçu: Editora Progressiva, 2007.

JANATA, N. E. **“Juventude que ousa Lutar!”**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. Florianópolis, 2012, 278p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação.

KOLLING, P. J. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná: a revolta de 1957. In: Nunes, J. M.; SOUZA, J. U. (Org.). **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 137-154.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MELITO, L. **No governo Bolsonaro, compras públicas de alimentos viram lenda**. 2020. Disponível em: < <https://www.brasilefato.com.br/2020/01/28/no-governo-bolsonaro-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda> > Acesso em: 03 de jul. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST doa 2,8 toneladas de alimentos em Quedas do Iguaçu (PR)**: “Repartimos o que temos”. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/22/mst-doa-28-toneladas-de-alimentos-em-quedas-do-iguacu-pr-repartimos-o-que-temos/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. Presidente Prudente, 2015, 390 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

_____ ; et. al. Protagonismo da reforma agrária no paraná em época de pandemia: as a es de solidariedade do mst em fatos e fotos. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 03, p. 179 – 201, 2020.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordina o do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.